

ANO XVII

N. 1

29/01/2016

"Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas".

Mário Quintana

DIVULGAÇÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO (MG)

SÚMULA N. 49

(REPUBLICAÇÃO EM RAZÃO DE ERRO MATERIAL)

'TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO DE "TELEMARKETING". INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ILICITUDE. RESPONSABILIDADE.

I - O serviço de "telemarketing" prestado por empresa interposta configura terceirização ilícita, pois se insere na atividade-fim de instituição bancária (art. 17 da Lei n. 4.595/64).

II - Reconhecida a nulidade do contrato de trabalho firmado com a prestadora de serviços (arts. 9º da CLT e 942 do CC), forma-se o vínculo de emprego diretamente com o tomador, pessoa jurídica de direito privado, que responde pela quitação das verbas legais e normativas asseguradas aos seus empregados, com responsabilidade solidária da empresa prestadora.

III - A terceirização dos serviços de "telemarketing" não gera vínculo empregatício com instituição bancária pertencente à Administração Pública Indireta, por força do disposto no art. 37, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, remanescendo, contudo, sua responsabilidade subsidiária pela quitação das verbas legais e normativas asseguradas aos empregados da tomadora, integrantes da categoria dos bancários, em respeito ao princípio da isonomia.' (RA 283/2015 - Disponibilização: DEJT/TRT3 Cad. Jud. 27/01/2016, n. 1.905, p. 150-151 - Publicação: 28/01/2016)

SÚMULA N. 50

(REPUBLICAÇÃO EM RAZÃO DE ERRO MATERIAL)

"AVISO-PRÉVIO INDENIZADO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA.

Incide contribuição previdenciária sobre o aviso-prévio indenizado concedido após a publicação do Decreto 6.727/09, de 12.01.2009, que o suprimiu do rol das parcelas que não integram a base de cálculo do salário de contribuição (art. 214, § 9º, V, "f", do Decreto 3.048/99)." (RA 284/2015 - Disponibilização: DEJT/TRT3 Cad. Jud. 27/01/2016, n. 1.905, p. 151 Publicação: 28/01/2016)

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO SEXUAL. NÃO CARACTERIZADO. PROVA BASEADA NA UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO "WHATSAPP" NA COMUNICAÇÃO ENTRE RECLAMANTE E SUPOSTO AGRESSOR. A caracterização do assédio ocorre quando o assediador, mediante convites ou investidas, normalmente reiteradas, limita a liberdade sexual do assediado. Na lição de VÓLIA BOMFIM CASSAR, "a paquera, o namoro, a iniciativa de se declarar para alguém, um convite para sair, para almoçar, para jantar, efetuado entre colegas de trabalho ou entre patrão e empregado, não enseja, por si só o assédio". Ademais, a caracterização do assédio sexual pressupõe nítida oposição da vítima, o que não ficou demonstrado nestes autos, notadamente considerado a prova juntada com a inicial, consistente em diálogos da reclamante com o suposto agressor via *whatsapp*. Aqui é importante ressaltar que inexistem provas de que as reclamadas tenham imposto o uso do referido aplicativo como ferramenta de comunicação entre os empregados para viabilizar a execução do trabalho. Para tanto, a empresa forneceu

aparelho telefônico, cuja função primordial é a comunicação por meio de ligações. Não se olvida que o "whatsapp" é uma ferramenta que possibilita a comunicação rápida, mas também apresenta alto nível de informalidade nos diálogos, o que se revela pelo uso de linguagem coloquial e de "emotions" sendo certo que o referido aplicativo transmite mais do que informações: ele transmite emoções. Assim, embora relativamente útil, qualquer usuário do whatsapp possui plena consciência de que o aplicativo definitivamente não é a melhor forma para se manter uma comunicação estritamente formal e profissional, notadamente diante da suspeita de assédio sexual. (TRT da 3ª Região – 9ª Turma – Processo n. RO-0001582-11.2014.5.03.0010 - Relator: Desembargador João Bosco Pinto Lara – Revisora: Desembargadora Mônica Sette Lopes. - Disponibilização: DEJT/TRT3 20/01/2016, p. 178/179 – Publicação: 21/01/2016).

LEGISLAÇÃO

DISPOSITIVOS LEGAIS (esfera federal)

LEI N. 13.228, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015 – DOU 29/12/2015

Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena para o caso de estelionato cometido contra idoso.

LEI N. 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 – DOU 31/12/2015

Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei n. 9.636, de 15/05/1998, e os Decretos-Lei ns. 3.438, de 17/07/1941, 9.760, de 5/09/1946, 271, de 28/02/1967, e 2.398, de 21/12/1987; e revoga dispositivo da Lei n. 13.139, de 26/06/2015.

LEI N. 13.242, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 – DOU 31/12/2015

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

LEI N. 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016 – DOU 12/01/2016

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei n. 10.973, de 2/12/2004, a Lei n. 6.815, de 19/08/1980, a Lei n. 8.666, de 21/06/1993, a Lei n. 12.462, de 4/08/2011, a Lei n. 8.745, de 9/12/1993, a Lei n. 8.958, de 20/12/1994, a Lei n. 8.010, de 29/03/1990, a Lei n. 8.032, de 12/04/1990, e a Lei n. 12.772, de 28/12/2012, nos termos da Emenda Constitucional n. 85, de 26/02/2015.

LEI N. 13.245, DE 12 DE JANEIRO DE 2016 – DOU 13/01/2016

Altera o art. 7º da Lei n. 8.906, de 4/07/1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil).

LEI N. 13.247, DE 12 DE JANEIRO DE 2016 – DOU 13/01/2016

Altera a Lei n. 8.906, de 4/07/1994 - Estatuto da Advocacia.

MEDIDA PROVISÓRIA N. 703, DE 18 DE DEZEMBRO 2015 - DOU 21/12/2015

Altera a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência.

DECRETO N. 8.618, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 – DOU 30/12/2015

Regulamenta a Lei n. 13.152, de 29/07/2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

DECRETO N. 8.638, DE 15 DE JANEIRO DE 2016 - DOU 18/01/2016

Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

CONSOLIDAÇÃO DAS SÚMULAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - DOU 28/01/2016

Consolida as Súmulas da AGU, em vigor em 27/01/2016, de observância obrigatória para os órgãos de Consultoria e de Contencioso da AGU, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

PORTARIA MTPS N. 89, DE 22 DE JANEIRO DE 2016 - DOU 27/01/2016

Dispõe sobre a substituição das anotações dos registros profissionais nas CTPS pelo cartão de registro profissional, e dá outras providências.

PORTARIA MTPS N. 269, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 – DOU 30/12/2015

Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ano-base 2015.

ATOS DE ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO (MG)****AVISO SEGP N. 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2016** – DEJT/TRT3 20/01/2016

Cientifica os Juízes Titulares de Varas do Trabalho da 3ª Região sobre a abertura de processo para preenchimento de cargo de Desembargador, pelo critério de antiguidade.

EDITAL GP N. 1, DE 2015 - DOU 28/12/2015

Concurso público para provimento do cargo de juiz do trabalho substituto

EDITAL GP N. 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2016 - PROMOÇÃO GLOBAL – DEJT/TRT3 20/01/2016

Cientifica os Juízes do Trabalho Substitutos da 3ª Região interessados em formularem seus pedidos de promoção para a Vara do Trabalho de Frutal, pelo critério de antiguidade.

EDITAL GP N. 7, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Cientifica os Juízes do Trabalho Substitutos interessados para que formularem seus pedidos de impugnação à permuta que menciona.

INSTRUÇÃO NORMATIVA GP N. 8, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Institui a Política de Gestão de Pessoas do TRT da 3ª Região.

PORTARIA GP N. 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 04/01/2016
(*Republicações: DEJT/TRT3 11/01/2016, 14/01/2016 e 28/01/2016*)

Delega competência aos Vice-Presidentes do TRT da 3ª Região.

PORTARIA GDJBM N. 1, DE 15 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 18/01/2016

Estabelece procedimentos para a análise dos processos redistribuídos, físicos e eletrônicos, oriundos do Gabinete do Desembargador Fernando Antônio Viégas Peixoto para o Gabinete do Desembargador Jorge Berg de Mendonça.

PORTARIA 6VTBET N. 1, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015 – DEJT/TRT3 28/01/2016

Dispõe sobre a proibição de atendimento processual às partes, advogados e terceiros interessados por meio de telefone na 6ª VT de Betim.

PORTARIA GP N. 2, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Delega competência ao Diretor-Geral do TRT da 3ª Região.

PORTARIA VTGUA N. 6, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015 – DEJT/TRT3 26/01/2016

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem observados quando da distribuição de processos em decorrência da atividade itinerante da VT de Guanhães no Município de Conceição do Mato Dentro - MG.

PORTARIA GP N. 36, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 - DEJT/TRT3 05/01/2016

Dispõe sobre a composição do Egrégio Órgão Especial do TRT da 3ª Região.

PORTARIA GP N. 56, DE 25 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 28/01/2016

Cria Grupo de Trabalho para elaborar estudos para implementação da Resolução CSJT n. 63, de 28/05/2010, no âmbito do TRT da 3ª Região.

PORTARIA GP N. 57, DE 20 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 28/01/2016

Altera o art. 1º da Portaria GP n. 51, de 13/01/2016.

PORTARIA GP N. 63, DE 25 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 28/01/2016

Estabelece metas de redução das despesas programadas no orçamento do Tribunal para o exercício de 2016, na ação "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho" e determina a racionalização do uso do patrimônio deste Regional.

PORTARIA GP N. 1.007, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015 – DEJT/TRT3 06/01/2016

Altera o art. 1º da Portaria GP/DG n. 366, de 30/04/2015, que institui, no âmbito deste Tribunal, o Comitê Gestor Regional responsável por assegurar a implantação do Modelo de Gestão de Pessoas por Competências de que trata a Resolução n. 92, de 29/02/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

PORTARIA DG N.1, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Subdelega competência ao Diretor de Administração.

PORTARIA DG N. 2, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Subdelega competência à Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA GDJBM N. 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2016 - DEJT/TRT3 20/01/2016

Altera a Portaria GDJBM n. 1, de 15/01/2016.

PORTARIA DG N. 3, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Subdelega competência à Diretora de Orçamento e Finanças.

PORTARIA DG N. 4, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Subdelega competência à Secretária de Pessoal.

PORTARIA DG N. 5, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Subdelega competência ao Secretário de Desenvolvimento de Pessoas.

PORTARIA DG N. 6, DE 4 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 04/01/2016

Subdelega competência ao Secretário de Saúde.

PORTARIA GP N. 51, DE 13 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 14/01/2016

Acrescenta o art. 2º-A à Portaria GP n. 1, de 4/01/2016, que delega competência aos Vice-Presidentes do TRT da 3ª Região.

PORTARIA GP N. 64, DE 25 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 26/01/2016

Define a data de disponibilização das matérias enviadas para o Caderno Judiciário do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) nos dias 21 e 22/01/2016, no âmbito do TRT da 3ª Região.

PORTARIA NFTDIV, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015 – DEJT/TRT3 08/01/2016

Estabelece procedimentos para disponibilização de autos físicos arquivados às partes, inclusive fazendo carga aos advogados; alteração de endereços de reclamantes atendidos pelo setor de atermção e a digitalização e certificação junto ao PJe Processo Judicial Eletrônico da juntada de comprovantes de entrega de notificações(SEEDs), documentos, ofícios encaminhados por terceiros e petições e documentos de reclamantes/reclamados que foram atendidos pelo setor de atermção do Núcleo do Foro Trabalhista de Divinópolis.

PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO – DEJT/TRT3 23/12/2015,

Sistematiza as normas regulamentares do TRT da 3ª Região, propiciando a uniformização de procedimentos e a racionalização das atividades forenses das Varas do Trabalho.

PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO – DEJT/TRT3 23/12/2015

Retifica a data de publicação do presente Provimento.

RESOLUÇÃO GP N. 41, DE 18 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TRT3 19/01/2016

Regulamenta o apoio aos gabinetes de Desembargadores do TRT da 3ª Região e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA SETPOE N. 283, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

– DEJT/TRT3 22/12/2015 - *(Republicação em razão de erro material: DEJT/TRT3 27/01/2016)*

Edita a Súmula n. 49 do TRT da 3ª Região.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA SETPOE N. 284, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

– DEJT/TRT3 22/12/2015 - *(Republicação em razão de erro material: DEJT/TRT3 27/01/2016)*

Edita a Súmula n. 50 do TRT da 3ª Região

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA SETPOE N. 285, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

– DEJT/TRT3 23/12/2015

Aprova a proposta do Novo Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

ATOS DO CNJ

PORTARIA GP N. 5, DE 15 DE JANEIRO DE 2016 – DJe/CNJ 18/01/2016

Cria o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas.

PORTARIA GP N. 6, DE 19 DE JANEIRO DE 2016 - DJe/CNJ 20/01/2016 - *(Republicação em razão de erro material: DJe/CNJ 21/01/2016)*

Institui o Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO GP N. 215, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015 – DJe/CNJ 19/01/2016

Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18/11/2011.

ATOS DO CSJT

ATO CSJT.GP.SG.CGPES N. 4, DE 11 DE JANEIRO DE 2016 - DEJT/CSJT 12/01/2016

Altera a Resolução CSJT n. 124, de 28/02/2013, que regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

RESOLUÇÃO CSJT N. 159, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015 – DEJT/CSJT 18/12/2015

Dispõe sobre a Política Nacional de Educação para servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

ATO CSJT.GP.SG.CGPES N. 356, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015 – DEJT/CSJT 28/12/2015

Altera o Anexo II da Resolução CSJT n. 47, de 28/03/2008.

ATOS DO TST

ATO GDGSET.GP N. 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2016 – DEJT/TST 06/01/2015

Estabelece que não haverá expediente no TST nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2016 e no dia 10 subsequente, quarta-feira, o expediente será das 14 às 19 horas.

ATO N. 8, DE 14 DE JANEIRO DE 2016 – DOU 15/01/2016

Torna públicos os valores dos subsídios dos magistrados, dos vencimentos dos cargos efetivos e da retribuição dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

ATO SEGJUD.GP N. 714, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015 – DEJT/TST 18/12/2015
(*Republicado em razão de erro material*)

Determina o cancelamento da distribuição do saldo remanescente de agravos de instrumentos distribuídos aos Exmos. Desembargadores do Trabalho durante o período de vigência do Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2014.

ATO GDGSET.GP. N. 730, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 – DEJT/TST 22/12/2015

Comunica que não haverá expediente no TST nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015.

Atendimento e Divulgação: Maria Thereza Silva de Andrade

Colaboração: servidores da SEDOC

Antes de imprimir, pense no MEIO AMBIENTE.